

**GLOBAL
INITIATIVE**
AGAINST TRANSNATIONAL
ORGANIZED CRIME

MISSÃO NÃO CUMPRIDA?

**UNIOGBIS encerra no meio
de incerteza na Guiné-Bissau**

Summer Walker e A. Gomes

ABRIL 2021

Este brief de política resulta da prolongada presença da GI-TOC na Guiné-Bissau, colaborando com a sociedade civil no intuito de proporcionar dados atualizados e contextualizar tendências relacionadas com redes de crime organizado, comércio ilícito e respostas públicas a estes fenómenos.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais pelas valiosas contribuições de atuais e antigos diplomatas e do pessoal da ONU baseado na Guiné-Bissau e em Nova Iorque que se dispuseram a fornecer informações e contributos para este dossier político. Agradecimentos a Mark Shaw pela sua análise atenciosa e pelo seu feedback e à equipa editorial da Global Initiative.

© 2021 Global Initiative Against Transnational Organized Crime (Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional). Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida sob qualquer forma ou por qualquer meio sem a permissão por escrito da Global Initiative.

Capa: O Conselho de Segurança da ONU em Nova Iorque concorda unanimemente em prorrogar o mandato do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau até 31 de Dezembro de 2020 © UN Photo/Loey Felipe
Tradução do inglês: Elisabete Vilar

Por favor, dirija pedidos de informação a:
The Global Initiative Against Transnational Organized Crime
Avenue de France 23
Genebra, CH-1202
Suíça

www.globalinitiative.net

ÍNDICE

Resumo	i
Siglas e abreviaturas	ii
Introdução: A instabilidade leva a melhor	1
Como o tráfico de droga é incorporado na consolidação da paz	3
O compromisso do Conselho de Segurança das Nações Unidas na	
Guiné-Bissau, 1998-2009	5
A introdução do crime organizado transnacional no mandato da ONU	6
O “golpe da cocaína” e as sanções de 2012	10
A missão das Nações Unidas desvanece-se	12
Retirada antecipada com as eleições de 2019 à vista	14
Padrões políticos familiares reemergem	15
Conclusão e recomendações	17
Anexo: Resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre a	
Guiné-Bissau, de 1998 à atualidade	21
Notas	25

SUMÁRIO

Em 31 de dezembro de 2020, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) encerrou a sua missão de consolidação paz na Guiné-Bissau. Após mais de 20 anos de funcionamento, o Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) cessou a sua actividade. Nos anos que antecederam o encerramento, houve, entre os doadores e o pessoal da ONU, o sentimento comum de que o maior obstáculo ao sucesso da missão foi a falta de vontade política entre a classe política dos países da África Ocidental. Não se traduz, no entanto, no término de uma atuação da ONU na Guiné-Bissau – as responsabilidades serão transferidas para a equipa nacional da ONU e para o gabinete regional da ONU para a África Ocidental e o Sahel (UNOWAS). Enquanto tal transição ocorre, nem a instabilidade política nem os seus factores subjacentes – incluindo, em grande parte, as duas décadas de galanteio do país ao trânsito de cocaína – foram solucionados antes do encerramento da missão, o que continuará a ser uma inquietação para a estabilidade nacional e regional.

Este *brief* examina o papel do CSNU e as medidas que tomou na Guiné-Bissau, com particular incidência sobre a atenção que dedicou ao impacto do tráfico de droga na estabilidade política, desde 1998 até ao encerramento da missão em 2020, com enfoque na forma como o crime organizado transnacional foi incorporado no mandato. Este *brief* baseia-se em pesquisas e entrevistas com antigos e atuais pessoal da ONU e diplomatas baseados na Guiné-Bissau e em Nova Iorque. Explora os principais desafios enfrentados pela missão e formula recomendações para o período que se segue à transição e ao fim do UNIOGBIS. Este documento faz parte de uma série de publicações sobre a Guiné-Bissau e oferece uma resenha da agenda do Conselho de Segurança para o país.

SIGLAS E ABREVIATURAS

CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
ECOMIB	Missão da CEDEAO na Guiné-Bissau
ECOMOG	Grupo de Monitorização da CEDEAO
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PAM	Programa Alimentar Mundial
PBC	Comissão de Consolidação da Paz
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RESG	Representante Especial do Secretário-Geral
UNCT	Equipa-país da ONU
UNIOGBIS	Gabinete Integrado de Construção da Paz da ONU na Guiné-Bissau
UNOWAS	Gabinete regional da ONU para a África Ocidental e o Sahel



INTRODUÇÃO: A INSTABILIDADE LEVA A MELHOR

A pedido do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), o Secretário-Geral procedeu à avaliação do UNIOGBIS em 2018 e apresentou recomendações relativas à reconfiguração da missão com o intuito de “refletir um pilar de paz e segurança mais coerente, ágil e eficaz, mais alinhado com os pilares do desenvolvimento e dos direitos humanos”.¹ Ironicamente, esta recomendação acabaria por ditar o fim da missão. A seguir, foi decidido que o UNIOGBIS planearia a retirada gradual e a transferência de tarefas para a equipa nacional da ONU, UNOWAS e parceiros internacionais.² A retirada foi apoiada pelos cinco membros permanentes do CSNU, mas o seu timing foi inoportuno, visto que ocorrendo num cenário de renovada agitação política na Guiné-Bissau durante o ano de 2020.

A retirada foi efectuada apesar de a nova administração não ter cumprido uma série de condições estipuladas pela ONU e pela Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), incluindo a criação de um governo de unidade. Umaro Sissoco Embaló tinha-se auto-declarado presidente em fevereiro de 2020, na sequência dos resultados da segunda volta das eleições que indicavam que não teria ganho as eleições de dezembro de 2019, que foram muito disputadas. Após a tomada de posse de Embaló, o país – há muito habituado a disputas políticas, golpes militares e assassinatos - mergulhou mais uma vez numa outra ronda de instabilidade política, que lhe é familiar.

Domingos Simões Pereira, o candidato presidencial pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde³ (PAIGC), permaneceu fora do país desde o início de 2020 até março de 2021, temendo uma caça às bruxas política, regressando apenas em março de 2021. Um pedido, em dezembro de 2020, de mandado de captura internacional para Pereira emitido pela Procuradoria-Geral da República

em foi rejeitado pela INTERPOL. Entretanto, o ex-primeiro-ministro Aristides Gomes, que fora destituído por Embaló, tinha-se refugiado desde março de 2020 no edifício do UNIOGBIS, tendo sido autorizado, em fevereiro de 2020, a deixar o país “para fins médicos” num voo fretado pela ONU.⁴ Um dos seus advogados, José Braima Dafé, disse não haver garantias de que Gomes possa regressar sem “intimidação e perseguição política”.⁵

No início dos anos 2000, o CSNU começou a chamar a atenção internacional para o tráfico de cocaína na Guiné-Bissau enquanto os Estados europeus se preocupavam cada vez mais com o impacto do tráfico de droga. Estava também a tornar-se claro que o envolvimento de certas figuras da elite política e militar na transação de droga foi um obstáculo fundamental para que se alcançasse a estabilidade política de que o país tanto necessitava. Embora o Conselho de Segurança tenha assinalado repetidamente o impacto do tráfico de droga sobre a estabilidade e apesar de ter atribuído à missão um mandato para abordar esta questão, a dinâmica do tráfico de droga e o envolvimento de figuras de elite da Guiné-Bissau nesse negócio continua hoje a representar um risco para a Guiné-Bissau e os países vizinhos.

Sede da campanha para as eleições presidenciais de José Mário Vaz em 2019.

A missão pode ter terminado, mas os protagonistas internacionais e regionais continuarão a acompanhar tanto a instabilidade política quanto um dos seus principais motores, o comércio internacional de cocaína, na Guiné-Bissau.





COMO O TRÁFICO DE DROGA É INCORPORADO NA CONSOLIDAÇÃO DA PAZ

▲ Vista de Bissau. O país é um ponto de trânsito de cocaína rumo sobretudo para a Europa.

A Guiné-Bissau, um pequeno país que declarou a independência em 1973 na sequência de uma prolongada guerra de independência, tem experimentado mais do que a sua quota-parte de instabilidade política durante décadas. Nos últimos 16 anos, passou por uma guerra civil, pelo menos dois golpes de Estado e uma tentativa de golpe e um assassinato presidencial levado a cabo pela classe militares. Mais recentemente, no início de 2020, os militares, numa dramática demonstração de força, apoiaram energeticamente a auto-declarada vitória de Embaló, ocupando edifícios de ministérios enquanto figuras militares veteranas estiveram presentes na posse do presidente em fevereiro de 2020 – uma clara indicação de que os ciclos de volatilidade política e institucional que o país tem enfrentado desde a independência irão continuar.

A Guiné-Bissau é um ponto de trânsito de cocaína produzida na América Latina destinada, sobretudo, à Europa. Esta economia ilícita entrelaçou-se com interesses políticos e militares e tem contribuído para a instabilidade política no país desde há algum tempo. Há indícios de que os cartéis começaram a fazer uso da Guiné-Bissau como ponto de transbordo para o tráfico de droga no final dos anos 90.⁶ Após as primeiras eleições democráticas em 1994, e a crise económica que se lhe seguiu, as receitas do tráfico de cocaína tornaram-se “numa fonte proveitosa de patrocínio político e um recurso crucial para apoiar campanhas de partidos políticos”, particularmente com um sistema dependente do clientelismo.⁷ Em 2005, a Guiné-Bissau começou a ser alvo da atenção dos meios de comunicação social por causa de tráfico de droga e foi infamemente apelidada de narco-estado.⁸ Episódios de pescadores a apanharem

A UNODC advertiu que os traficantes de droga estavam a “infiltrar-se nas estruturas estatais e a operar com impunidade” na Guiné-Bissau.

pacotes de uma substância irreconhecível despejada no oceano, que se revelou ser cocaína,⁹ razias em instalações que resultaram em detenções de latino-americanos envolvidos em tráfico de droga, e a descoberta de 535 quilos de cocaína encontrados num contentor marítimo em Bissau com destino a Portugal¹⁰ indicam que a economia da cocaína se tinha generalizado e que grupos transnacionais estavam a operar no país.

Em 2008, o UNODC advertiu que os traficantes de droga estavam a “infiltrar-se nas estruturas estatais e a operar impunemente” na Guiné-Bissau.¹¹ Como foi salientado, “ao longo do tempo, tal criou um ciclo auto-alimentado segundo o qual o dinheiro da droga reforça uma parte da elite política e militar, que tem pouco interesse no desenvolvimento normativo social, político e económico do país”.¹² O controlo sobre os mercados da droga não só tem sido um factor de ruptura importante, como foi caso do golpe militar de 2012, mas também se tornou fulcral no funcionamento do sistema político. Em 2018, o Secretário-Geral da ONU deplorou como os fatores estruturais de instabilidade permanecem relativamente inalterados no país, incluindo “a crescente influência política de uma economia paralela baseada no narcotráfico”.¹³ Largas apreensões de cocaína em 2019 indicam que o tráfico continua a ser um negócio lucrativo para a elite político-militar do país¹⁴ – o que representa riscos contínuos para o estado de direito e a estabilidade política.

Apesar de o Conselho de Segurança normalmente não ditar orientações sobre mercados ilícitos, não deixa de avaliar os mercados ilícitos no âmbito dos riscos para a paz e segurança. Aborda onexo entre o terrorismo e o crime organizado transnacional, por exemplo o tráfico de pessoas por grupos como o ISIS e Boko Haram. E em muitos conflitos e situações inscritos na agenda do Conselho, os níveis de estabilidade dos países são afectados pelos mercados ilícitos e pelos seus lucros. Na República Centro-Africana e na República Democrática do Congo, por exemplo, o Conselho aborda a atividade mineira ilegal, que alimenta o conflito. Em 2000, o Conselho apelou aos Estados para que proibissem a importação directa e indirecta de todos os diamantes em bruto da Serra Leoa.¹⁵ E no Afeganistão, o Conselho continua a alertar para o papel do comércio ilícito de ópio no incentivo do conflito em curso no país. Na mesma linha, o Conselho reconheceu o impacto que o tráfico de droga estava a ter na instabilidade política na Guiné-Bissau e estipulou um mandato à missão para lhe dar resposta.



O COMPROMISSO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1998–2009

O envolvimento do Conselho de Segurança das Nações Unidas na Guiné-Bissau teve início em 1998. Uma guerra civil eclodira a 7 de junho de 1998, desencadeada por um golpe de estado contra o Presidente Nino Vieira liderado pelo Brigadeiro-General Ansumane Mané.¹⁶ Em novembro de 1998, foi assinado um acordo de paz, momento em que o Conselho de Segurança se mobilizou para enfrentar o conflito. Na Resolução 1216, o Conselho apelou a ambas as partes para que implementassem o acordo de paz, realizassem eleições livres e justas, retirassem as tropas estrangeiras, e para o destacamento da força de interposição do Grupo de Monitorização da CEDEAO (ECOMOG). Também desencadeou um processo que levou à presença da ONU no país durante os 20 anos seguintes, após ter solicitado que o Secretário-Geral fizesse recomendações ao Conselho sobre um possível papel da ONU no processo de paz e reconciliação na Guiné-Bissau.¹⁷

Esta não era a primeira vez que a ONU trabalhava com as autoridades da Guiné-Bissau. Muitas agências, fundos e programas da ONU tinham estabelecido acordos com o governo pouco depois da independência, incluindo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Programa Alimentar Mundial (PAM), o Fundo Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Estas agências continuam a prestar assistência humanitária e de desenvolvimento com o objectivo de apoiar as populações mais vulneráveis. Houve uma intervenção regional substancial após 1998, com a cooperação entre a ECOMOG e o Conselho de Segurança estabelecida sob a resolução de 1998, que apelava ao rápido estabelecimento de acordos de ligação entre a ONU e a ECOMOG.¹⁸ A CEDEAO tem desempenhado um papel importante na promoção da estabilidade ao longo das recorrentes crises políticas que o país tem vivido. Contudo, para o

▲
A sede da ONU. O Conselho de Segurança reconheceu o efeito que o tráfico de droga estava a ter na Guiné-Bissau e conferiu à missão um mandato para o enfrentar.

© The blowup/Unsplash

Conselho, a ênfase na Guiné-Bissau no âmbito da arquitectura de segurança internacional da ONU era nova. Em 1999, a ONU criou um Gabinete de Apoio à Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNOGBIS), sob a liderança de um representante do Secretário-Geral. A principal função do UNOGBIS, de acordo com o seu mandato original, era apoiar a criação de um “ambiente propício à restauração e consolidação da paz, da democracia e do Estado de direito e à organização de eleições livres e transparentes”; facilitar a implementação do acordo de Abuja; facilitar a eliminação voluntária de armas; e coordenar a actividade da ONU no país.¹⁹ Em 2004, o Conselho reviu o mandato, mas os objectivos gerais permaneceram os mesmos: apoiar as eleições, o Estado de direito, a prevenção de conflitos, a consolidação da paz, o controlo do armamento, a reforma do sector da segurança e o regresso à “normalidade constitucional”.²⁰

Em 2007, a Guiné-Bissau foi também adicionada à agenda da Comissão de Consolidação da Paz (PBC), um órgão intergovernamental consultivo criado em 2005 para dar maior coerência e coordenação aos esforços dos vários intervenientes envolvidos nos processos de consolidação da paz. Depois de ter adotado um quadro estratégico para a consolidação da paz com o governo, a Guiné-Bissau começou a receber apoio em 2008.²¹

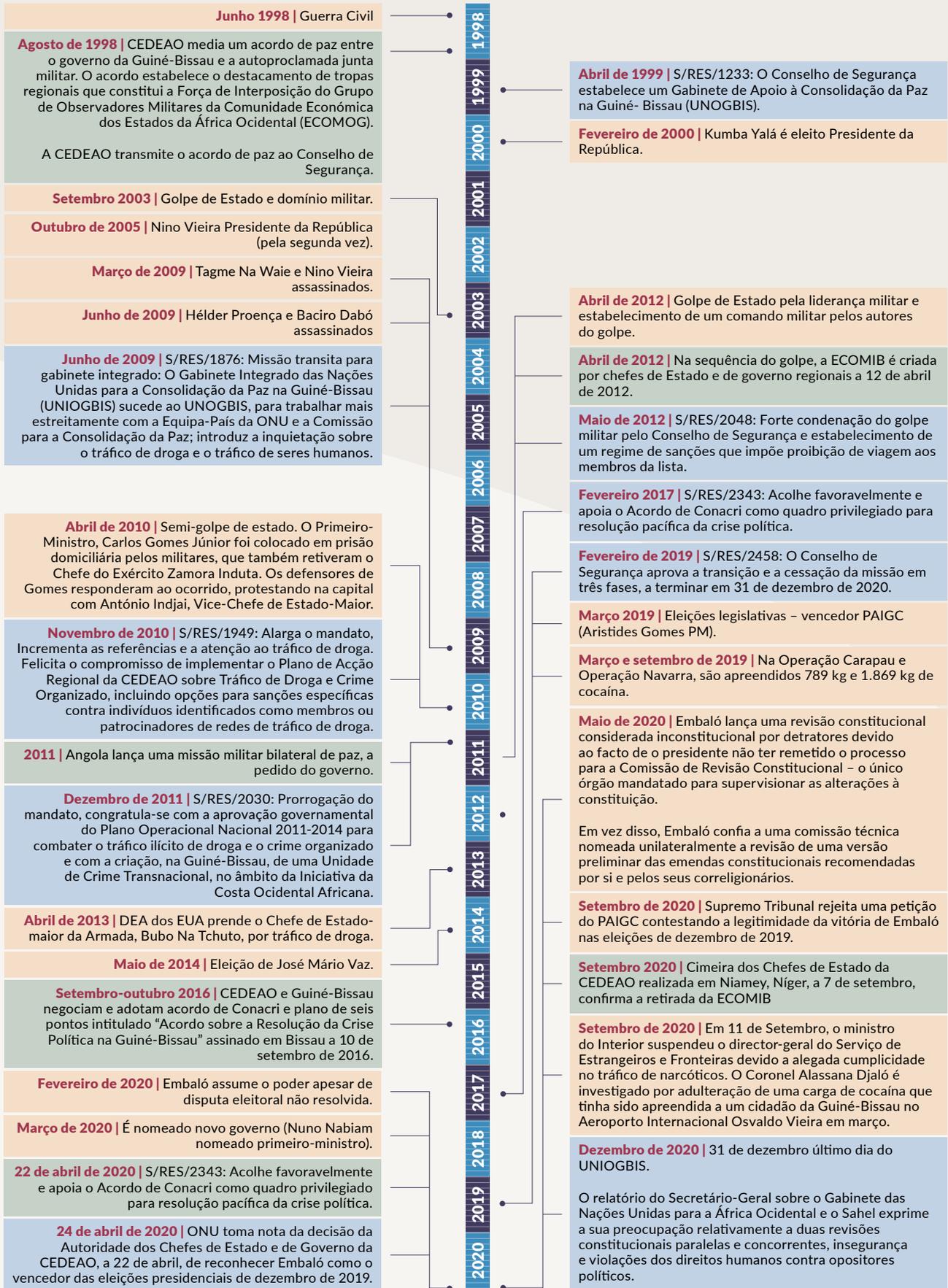
A introdução do crime organizado transnacional no mandato da ONU

Em 2009, a missão começou a fazer a transição como parte de esforços mais amplos em toda a ONU para integrar o trabalho nos países. Integração propõe que todos os componentes da ONU sejam fundidos numa única estrutura. Este princípio reflectiu-se na nota de orientação emitida pelo Secretário-Geral em Outubro de 2000, clarificando as relações entre os Representantes Especiais do Secretário-Geral (RESG), coordenadores residentes e coordenadores humanitários, e conferindo ao RESG em vigor o mandato de dar orientações políticas à presença da ONU no terreno.²² O Relatório do Painel sobre Operações de Paz das Nações Unidas, geralmente conhecido como Relatório Brahimi, propôs a coordenação de todos os recursos da ONU para consolidar a paz e apoiar governos centrais estáveis e legítimos.²³

Em Janeiro de 2010, a UNOGBIS foi substituída pelo Gabinete Integrado de Construção da Paz da ONU na Guiné-Bissau (UNIOGBIS). A renovada missão na Guiné-Bissau consistia em responder a uma “grave deterioração [da] situação política resultante dos assassinatos do Chefe do Estado-maior das Forças Armadas, General Batista Tagme Na Waie, e do Presidente, João Bernardo ‘Nino’ Vieira, em 1 e 2 de março de 2009, respectivamente”.²⁴

O novo mandato da missão foi estabelecido em junho de 2009 pelo Conselho de Segurança; incluía agora o auxílio às autoridades nacionais no combate ao tráfico de droga e ao crime organizado e ao tráfico de seres humanos, especialmente de crianças.²⁵ Tal sucedeu a uma declaração presidencial do Conselho de Segurança de 2007, que suscitou preocupações sobre o tráfico de droga e de seres humanos e apelou ao apoio nacional e internacional. Embora saudando os esforços da CEDEAO, apelou à “consideração urgente da forma como o sistema das Nações Unidas poderia melhorar o seu apoio à luta da Guiné-Bissau contra o tráfico internacional de droga e o crime organizado”.²⁶

PRINCIPAIS CONTECIMENTOS E INTERVENÇÕES NA GUINÉ-BISSAU



■ Nacional
 ■ Regional
 ■ Internacional

Aditamentos ao mandato da ONU na Guiné-Bissau, 2009

- Auxílio à Comissão de Consolidação da Paz no seu esforço para responder às necessidades cruciais de consolidação da paz na Guiné-Bissau.
- Apoio às autoridades nacionais para o estabelecimento de sistemas eficazes e eficientes de polícia e justiça penal.
- Assistência às autoridades nacionais no combate ao tráfico de droga e ao crime organizado, bem como ao tráfico de seres humanos, especialmente o tráfico de crianças.
- Realização de atividades de promoção, proteção e monitorização dos direitos humanos e apoio à institucionalização do respeito pelo Estado de direito.
- Integração de uma perspetiva de género na consolidação da paz, em conformidade com as resoluções 1325 (2000) e 1820 (2008) do Conselho de Segurança.
- Reforço da cooperação com a União Africana, CEDEAO, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, União Europeia e outros parceiros nos seus esforços para contribuir para a estabilização da Guiné-Bissau.
- Contributo para a mobilização da ajuda internacional.

Como mencionado acima, desde os anos 2000 que tem sido reconhecido que os atores políticos e militares nacionais facilitaram e envolveram-se no tráfico de drogas. O antigo presidente Nino Vieira estabeleceu as primeiras ligações com os traficantes e, embora a dinâmica da rede de proteção tenha mudado com o tempo, um grupo de elites políticas e militares ajudou a sustentar o comércio de droga através da Guiné-Bissau desde então.²⁷ A Resolução do Conselho de Segurança de 2009 foi a primeira que suscitou preocupações sobre o crime organizado transnacional. A resolução detetara que a fragilidade na Guiné-Bissau resultava em parte do “aumento do tráfico de droga e do crime organizado que poderia constituir uma ameaça à estabilidade regional” e levantou preocupações sobre o tráfico de seres humanos.²⁸ O novo mandato solicitava à missão apoio ao governo no combate ao tráfico de droga e ao tráfico de seres humanos, bem como ajuda ao governo no estabelecimento de sistemas policiais e de justiça penal eficientes.

O valor acrescentado obtido ao abordar o tráfico de droga como parte da missão de consolidação da paz foi multifacetado: o UNIOGBIS desempenhou um papel de coordenação e serviu uma função de convocação com parceiros internacionais e nacionais; teve um papel de angariação de fundos ao mobilizar visibilidade e recursos para a questão; encorajou as organizações regionais a prestarem mais atenção ao tráfico; ajudou o UNODC a construir instituições relevantes, tais como a polícia judiciária e o sistema judicial e apoiou as autoridades nacionais a adotar planos anti-narcóticos operacionais, apesar das crises políticas recorrentes. Teve também uma função normativa no país. Colocar o tráfico de droga no radar da missão de consolidação da paz permitiu manter o fenómeno na ribalta como parte do problema político-económico enfrentado pelo país. Como um entrevistado observou, em certa medida, ‘des-normalizou’ o uso de receitas de cocaína para enriquecimento político. Outros êxitos da missão incluem a interrupção da cultura de assassinatos políticos, a separação entre a polícia e os militares, a redução da politização das instituições de justiça criminal e o reforço das instituições que defendem o estado de direito – juntamente com agências da ONU como o UNODC e o PNUD.²⁹

Contudo, no seio de um quadro mais amplo, alguns acreditam que foi descartada enquanto objectivo a nível político. Um antigo diplomata baseado na Guiné-Bissau observou que, embora o tráfico de droga e o tráfico de seres humanos tenham sido acrescentados ao mandato, o crime organizado transnacional foi negligenciado como parte da estratégia política desde o início. Notou também vários desafios estratégicos que dificultaram os esforços: disputas entre a missão e a equipa-país, o facto de a missão recentemente integrada operar em aglomerados com fraca integração e que a elevada rotatividade ao nível de RESG criou questões de orientação a nível da liderança.³⁰

Durante a pesquisa para este brief, foi frequentemente afirmado que a implementação de um mandato sobre o tráfico de droga exigia vontade política – o que sempre faltou por parte do governo. Pessoas entrevistadas observaram que um desafio fundamental para a missão foi a contínua agitação política e a ausência de parceiros para implementar consistentemente políticas a nível nacional. Alguns foram mais longe, dizendo que os políticos, os militares e os grupos de crime organizado seguem ordens uns dos outros, em vez de cumprirem o estado de direito. Como disse um deles, “não creio que faça qualquer diferença em termos de combate ao tráfico de droga e ao crime organizado, ou que qualquer assistência na Guiné-Bissau seja útil porque não querem ser ajudados. Simplesmente não querem”. Ao longo dos anos, esta falta de vontade política tornou-se clara para os países doadores e o financiamento da missão começou a esgotar-se.³¹

Grande parte do trabalho anti-tráfico de droga ficou à responsabilidade do o UNODC. Em 2007, o Escritório Regional do UNODC para a África Ocidental e Central estabeleceu um escritório na Guiné-Bissau, com um programa assente em três pilares: reforço da luta contra o tráfico de droga através do apoio às autoridades nacionais na elaboração de um plano de acção nacional contra o tráfico de droga; administração da justiça através da criação de tribunais e formação de juizes e procuradores; e reforma prisional e um programa de formação para agentes prisionais. Os primeiros esforços incluíram assistência técnica ao Ministério da Justiça e à Polícia Judiciária; em 2011, o foco passou a ser “o apoio às agências policiais, procuradores e juizes na Guiné-Bissau na melhoria da sua resposta ao tráfico de droga, ao crime organizado transnacional, ao tráfico de pessoas, ao controlo das fronteiras, ao tráfico ilícito, ao branqueamento de capitais e à luta contra o terrorismo”.³² O UNODC manteve o protagonismo no combate ao tráfico de droga, mas, tal como referido no mandato do Conselho, tal incluiu uma estreita cooperação com a UNIOBGIS na realização dos seus esforços.

Em Novembro de 2010, o Conselho de Segurança intensificou a sua retórica sobre o tráfico de droga através da Resolução S/RES/1949, classificando o tráfico de droga e o crime organizado na Guiné-Bissau como “ameaças à segurança e estabilidade nacional e sub-regional”, e considerando que a “luta contra a impunidade e o tráfico ilícito de droga” é uma componente para alcançar a reconciliação nacional. A resolução apelava ao governo que assegurasse a devida prossecução penal de casos de assassinato e tráfico de droga, e às estruturas regionais e internacionais, incluindo a PBC, que prestassem apoio ao combater o tráfico de droga.³³ Esta resolução avançava pela primeira vez a possibilidade de sanções ao acolher “o compromisso da CEDEAO com as Nações Unidas, a UE e outros parceiros para a implementação imediata do Plano de Acção Regional da CEDEAO sobre Tráfico de Droga e Crime Organizado, incluindo opções para sanções específicas contra indivíduos identificados como membros ou apoiantes de redes de tráfico de droga.

“Não acredito que qualquer assistência na Guiné-Bissau seja útil porque eles não querem para ser ajudados.”



▲ Em setembro de 2019, o Governo da Guiné-Bissau apreendeu uma grande remessa de cocaína no âmbito da Operação Navarra

Photo: Supplied

O “GOLPE DA COCAÍNA” E AS SANÇÕES DE 2012

Em 2011, o Conselho estava a elogiar os progressos realizados no desenvolvimento de respostas nacionais, incluindo o Plano Operacional Nacional 2011-2014 para combater o tráfico ilícito de drogas e o crime organizado, e a criação de uma Unidade de Combate ao Crime Transnacional na Guiné-Bissau, no âmbito da Iniciativa Costeira da África Ocidental.³⁴ Em maio de 2012, porém, o Conselho estava a lidar com um novo golpe liderado por militares ocorrido em abril, duas semanas antes das eleições presidenciais, no qual o então Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior era o principal candidato. No denominado ‘golpe de cocaína’, os militares, liderados pelo então Chefe de Estado-Maior da Forças Armadas, General Antonio Indjai, tomaram o poder em 2012 – ‘em parte para obter o controlo do lucrativo tráfico de cocaína em rápido crescimento’.³⁵

Enquanto os líderes do golpe permaneceram no poder, o Conselho de Segurança condenou o golpe, exigiu que o comando militar tomasse medidas imediatas para restaurar e respeitar a ordem constitucional, instituiu uma proibição de viagem e estabeleceu um comité de sanções. Na Resolução 2048, um dos critérios para a aplicação de sanções era o apoio aos autores do golpe através de proveitos do crime organizado, incluindo o “cultivo, produção e tráfico ilícito de estupefacientes e seus precursores originários de e em trânsito na Guiné-Bissau”.³⁶

Onze indivíduos foram identificados ao abrigo dos critérios de sanções como associados ao comando militar que tinha liderado o golpe de Estado de 2012. Todos foram incluídos na lista a partir de 2014, não tendo sido acrescentados nomes durante crises políticas subsequentes. Não há referências específicas ao tráfico de droga apresentadas como motivo para colocar qualquer um deles na lista de sanções.³⁷ Além disso, o Conselho nunca criou um painel de peritos, que existem para uma série de

outros regimes de sanções, e que teriam controlado a implementação e facultado informações ao comité de sanções.

Um antigo diplomata baseado na Guiné-Bissau comentou que o regime de sanções poderia ter sido um instrumento mais dinâmico ao longo dos anos – porque, embora os nomes de outros indivíduos envolvidos em actividades criminosas organizadas em grande escala fossem conhecidos, nunca foram apresentados como potenciais aditamentos à lista, talvez porque havia demasiadas direcções à quais apontar.³⁸ Em 2015, o Conselho afirmou que iria rever as medidas de sanções estabelecidas na Resolução 2048. No entanto, não foram feitas quaisquer alterações à lista de indivíduos existente ou aos critérios de inclusão na lista. O regime de sanções continua em vigor. O Secretário-Geral recomenda o seu prolongamento,³⁹ mas países como a Rússia estão a exigir o seu fim.

Na sequência do golpe, foi destacada uma missão de manutenção da paz da África Ocidental, a Missão da CEDEAO na Guiné-Bissau (ECOMIB), com a incumbência de uma nova vaga de reforma do sector de segurança. A cooperação regional tinha sido parte integrante da resposta internacional na Guiné-Bissau desde 1998, mas esta era uma nova configuração que duraria oito anos. De acordo com a Resolução S/2018/1086 do Conselho de Segurança,

O envolvimento da CEDEAO com o país tem sido recorrente e multifacetado, através do seu gabinete de ligação em Bissau, do destacamento regular do seu comité de acompanhamento ministerial e de iniciativas conjuntas e individuais lideradas pelo Mediador da CEDEAO para a Guiné-Bissau e pelos Presidentes da Autoridade da CEDEAO. A CEDEAO também continua a contribuir para a segurança através da sua operação de paz, a missão da CEDEAO na Guiné-Bissau (ECOMIB), que protege as instituições governamentais e os líderes políticos.⁴⁰

Após um período de transição de dois anos, foram realizadas eleições legislativas e presidenciais em 2014, marcando o regresso à ordem constitucional. No entanto, a estabilidade revelar-se-ia novamente de curta duração. À destituição do primeiro-ministro Domingos Simões Pereira pelo Presidente Vaz,

em agosto de 2015, seguiu-se uma agitação política e outra crise institucional. Em 2016, a CEDEAO mediou um acordo para resolver o impasse político – resultando no Acordo de Conacri de 14 de outubro de 2016 e no plano de seis pontos da CEDEAO para a resolução da crise política da Guiné-Bissau. Estes foram os novos acordos orientadores para esforços internacionais no país. O Acordo de Conacri foi visto como o quadro mais viável para a superação das sucessivas crises políticas e institucionais que afetam o país. Em fevereiro de 2017, o Conselho de Segurança aprovou o Acordo de Conacri e a implementação do quadro de referência.⁴¹ Enquanto as potências regionais impulsionavam a mediação, o Conselho continuou a estender o mandato da missão todos os anos.

Em 2013, o Conselho tinha reconhecido as dificuldades enfrentadas pelo UNIOGBIS e a necessidade de alinhar mais adequadamente as operações da ONU no país entre a missão, a equipa-país e a Comissão de Consolidação da Paz. Pessoas entrevistadas disseram ter notado tensões entre vários organismos, o que dificultou o trabalho de cooperação. Nesse ano, o Secretário-Geral elaborou um relatório recomendando ajustamentos ao mandato e estrutura da missão. Sobre crime organizado, declarou que a missão já não precisava de apoiar o controlo de armas ligeiras ou o combate ao tráfico de seres humanos, uma vez que novas leis e programas tinham sido postos em prática pelo governo. As resoluções mantiveram referências a outros mercados criminosos, mas não estabeleceram trabalho obrigatório sobre eles. Em 2013, por exemplo, o Conselho reintroduziu o tráfico de seres humanos pela primeira vez desde 2009, mas não como parte do mandato.⁴² Em 2013, o mandato sobre tráfico de droga incluía uma referência à coordenação com o UNODC, o que já estava a acontecer no terreno.⁴³ Em 2014, o Conselho condenou também “a pesca ilegal e não autorizada nas águas territoriais e na zona económica exclusiva da Guiné-Bissau, bem como a exploração ilegal de recursos naturais”.⁴⁴ Em 2016, houve igualmente uma missão de revisão estratégica, após a qual foi estabelecida a última configuração da UNIOGBIS, com o Representante Especial Adjunto mandatado para supervisionar todas as actividades programáticas de consolidação da paz do UNIOGBIS.



▲
Um mural em Bissau. Apesar das intervenções da missão da ONU, os problemas estruturais permaneceram no país. O desgaste da missão estava a manifestar-se em 2018 e a paciência estava a esgotar-se.

A MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DESVANECE-SE

Em 2018, o Conselho reexaminou o objetivo e a configuração da missão. Nessa altura, o UNIOGBIS tinha 142 posições, incluindo 63 membros de pessoal internacional além de 15 funcionários uniformizados.⁴⁵ O processo tinha começado em 2017 com uma missão de avaliação técnica. Em 2018, muitos dos problemas políticos anteriores persistiam – impasses políticos, atrasos nas nomeações políticas, falta de implementação do Acordo de Conacri e de reforma constitucional. A fadiga começava a manifestar-se na missão.

Em janeiro de 2018, os P5 (os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança – Rússia, EUA, Reino Unido, França e China) lamentaram a relutância do Presidente Vaz em nomear um primeiro-ministro consensual. Frustração e fadiga gerais podiam ser vistos nas intervenções dos membros do P5 durante as deliberações do Conselho. A Rússia realçou a sua vontade de alargar o mandato do UNIOGBIS, mas declarou que a missão deveria trabalhar no sentido de uma reforma constitucional: “Se o trabalho de reforma constitucional não estiver concluído até ao início do próximo ciclo eleitoral, o país corre o risco de deparar com os mesmos problemas com o novo Parlamento e Presidente”⁴⁶ Os EUA, por seu turno, expressaram impaciência: “As Nações Unidas não podem operar eficazmente em cenários com governos não cooperantes”, acrescentando: “a nossa paciência esgotou-se agora”.⁴⁷



O Secretário-Geral da ONU reúne-se com Rosine Sori-Coulibaly, chefe do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau © UN/Mark Garten

A frustração do Secretário-geral perante a “instabilidade crónica”

Num relatório de Dezembro de 2020, o Secretário-geral expressou frustração após anos de convulsões políticas cíclicas na Guiné-Bissau que tinham entravado a missão:

Para ter sucesso no seu objectivo abrangente de apoiar a consolidação da paz na Guiné-Bissau, o UNIOGBIS pressupõe a presença de uma liderança política empenhada na consolidação da paz e da estabilidade, no reforço da democracia e na instauração de uma boa e eficaz governação, com base na observância do Estado de direito e no respeito pelos direitos humanos. Tal vontade política parece ser inexistente, uma vez que o processo político no país tem sido marcado por golpes e contra-ataques, pelo assassinato selectivo de altas figuras políticas e militares e por crises institucionais geradas por desacordos pessoais entre altas figuras do ramo executivo do governo. Assim, embora tenha evitado a violência generalizada, as graves violações dos direitos humanos e uma crise humanitária, a Guiné-Bissau encontra-se num estado de instabilidade política crónica, afligida por disputas de longa data entre elites políticas que têm sido ineficazmente litigadas por um poder judicial politizado em Bissau.

[...]

No seu cerne, os principais fatores de instabilidade na Guiné-Bissau permaneceram em grande parte inalterados desde a anterior missão de revisão estratégica ao país, enviada em 2016. Esses motores resumem-se aos seguintes fatores estruturais: uma classe política profundamente dividida, impulsionada por interesses de grupo limitados e antagónicos; a crescente influência política de uma economia paralela baseada no narcotráfico; a ausência do Estado, especialmente nas zonas rurais, e o facto de, quando presente, ser largamente ineficaz; a inexistência generalizada de respeito pelo Estado de direito; as violações dos direitos humanos e impunidade generalizada; uma atmosfera geral de resignação no que diz respeito à pobreza; e a falta de acesso aos serviços básicos. Além disso, há sinais cada vez mais preocupantes da presença, na Guiné-Bissau, de operadores de redes extremistas do Sahel e de outros locais.⁴⁸

Na mesma data, e dado o impasse político, a CEDEAO impôs sanções a 19 indivíduos considerados obstáculos a uma solução para o conflito político e a implementação do Acordo de Conacri. As sanções incluíam a sua suspensão das actividades da CEDEAO, proibições de viagem, recusa de vistos para si e membros das suas famílias e congelamento dos seus bens financeiros e daqueles das suas famílias directas.⁴⁹ Embora os membros do P5 tenham apoiado consistentemente a cooperação regional na Guiné-Bissau, tomaram posições diferentes sobre a imposição de sanções pela CEDEAO. Os EUA e o Reino Unido apoiaram as sanções, tal como a França, que assinalou que o Conselho poderia tomar medidas suplementares através da Resolução 2048 (2012).⁵⁰ A Rússia declarou que as⁵¹

Em abril de 2018, o país emergiu da crise com a nomeação de um primeiro-ministro consensual, Aristides Gomes, e a nomeação de um governo constitucional, encarregado de organizar as eleições legislativas e presidenciais de 2019. Em agosto de 2018, o Conselho realizou uma reunião de informação com o então recém-nomeado

primeiro-ministro Gomes. Na reunião, o P5 assumiu um tom cautelosamente optimista, saudando a nomeação política e tendo em mente as eleições de novembro de 2018. Contudo, em dezembro de 2018 as eleições de novembro tinham sido adiadas para março e o Secretário-Geral tinha apresentado uma revisão estratégica que recomendava o encerramento da missão política.

A pedido do Conselho, em 2018, o Secretário-Geral avaliou a missão e apresentou recomendações sobre como reconfigurá-la para refletir “um pilar de paz e segurança mais coerente, ágil e eficaz, mais estreitamente alinhado com os pilares do desenvolvimento e dos direitos humanos”.⁵² O Secretário-Geral acabou por recomendar que o UNIOGBIS encerrasse o mais tardar em dezembro de 2020. Por meio de um processo em três fases, foi decidido que a missão “implementaria o plano de transição para a retirada gradual e a transferência de tarefas para a equipa-país da ONU, o Gabinete das Nações Unidas para a África Ocidental e o Sahel (UNOWAS) e parceiros internacionais, com vista a uma provável conclusão até 31 de dezembro de 2020”.⁵³

Retirada antecipada com as eleições de 2019 à vista

Na reunião de apreciação do relatório do Secretário-Geral, tanto a Rússia como os EUA declararam que os planos de retirada deveriam prosseguir apenas após a conclusão do processo eleitoral. O Reino Unido apoiou a remoção sem restrições, enquanto a China e a França tomaram nota do relatório mas não tomaram uma posição. Contudo, antes das eleições marcadas para março de 2019, o Conselho aprovou o processo traçado pelo Secretário-Geral em fevereiro de 2019. O Conselho estabeleceu as três fases estipulado pelo Secretário-Geral:

- Fase I (fase eleitoral): dar prioridade às eleições legislativas e presidenciais, focalizar o apoio à função geral de bons ofícios da missão, para se concentrar nos intervenientes políticos nacionais.
- Fase II (fase pós-eleitoral): preparar o encerramento dos gabinetes regionais e iniciar o plano de transição no âmbito do Quadro de Parceria das Nações Unidas e em coordenação com as autoridades nacionais e parceiros internacionais.
- Fase III (fase de transição): transferência de responsabilidades para a equipa-país, o UNOWAS e parceiros internacionais.

As fases deveriam iniciar em junho de 2019, após as eleições legislativas. A Resolução 2458 delineou as principais prioridades do gabinete agilizado, relacionadas com o processo político de realização das eleições seguintes, e notou que a missão continuaria a prestar assistência em outros aspetos do mandato, incluindo a prestação de aconselhamento estratégico e técnico e apoio ao governo da Guiné-Bissau no combate ao tráfico de droga e ao crime organizado transnacional, em estreita cooperação com o UNODC.⁵⁴

As eleições legislativas tiveram lugar em março de 2019; o PAIGC conquistou a maioria, mas com menos assentos do que no passado. Mais uma vez, houve disputas internas relativamente à nomeação do primeiro-ministro, com o Presidente Vaz a recusar-se a nomear Domingos Simões Pereira do PAIGC e, em junho de 2019, Aristides Gomes foi reconduzido no cargo de primeiro-ministro.

Em setembro de 2019, as autoridades executaram a maior operação antidroga do país, confiscando 3 milhões de dólares em contas bancárias e

apreendendo mais de 1,8 toneladas de cocaína escondida em sacos de arroz, entre outros bens. A operação resultou na detenção de 12 pessoas (de nacionalidade bissau-guineense, colombiana, mexicana e portuguesa).⁵⁵ Uma figura proeminente foi julgada à revelia e condenada a 16 anos de prisão, apesar de alegadamente ter passado algum tempo na Guiné-Bissau durante o período em que esteve desaparecida.⁵⁶ Embora um acórdão do Tribunal Regional de Cacheu de março de 2020 tenha condenado os réus a pesadas penas, o acórdão posterior do Tribunal da Relação, proferido em outubro do mesmo ano, atenuou significativamente as penas e devolveu a maior parte dos bens anteriormente apreendidos pelo Estado.⁵⁷

Padrões políticos familiares reemergem

Enquanto a retirada da missão estava em curso, em 2020 tinham ressurgido padrões bem familiares de convulsões políticas. As eleições presidenciais tinham decorrido em novembro de 2019, com uma segunda volta em dezembro. Embaló foi anunciado como vencedor em fevereiro de 2020, apesar de os resultados terem sido contestados pelo PAIGC e de terem sido questionados no Supremo Tribunal. Em março de 2020, Nuno Nabiam foi empossado como primeiro-ministro, os militares voltaram usar uma política de força armada, o presidente declarou o estado de emergência e as fronteiras e os mercados foram fechados.⁵⁸ Em Março, o Níger, que detém a responsabilidade sobre a Guiné-Bissau no Conselho, solicitou uma declaração à imprensa saudando o papel de mediação da CEDEAO, que foi divulgada como declaração presidencial em 4 de março.⁵⁹

Em abril, a CEDEAO reconheceu a vitória de Embaló e tanto a UE como a ONU apoiaram o papel e as decisões da CEDEAO como mediador.⁶⁰ Um analista político local, assinalando a abordagem hesitante do bloco regional à Guiné-Bissau, disse que “a CEDEAO, nas suas intervenções na Guiné-Bissau, é marcada por constantes avanços e retrocessos; num momento, há tolerância zero para quaisquer ações políticas ou militares que constituam um obstáculo à democracia e depois passa rapidamente a reconhecer e legitimar esses mesmos actos, o que prejudica a credibilidade da organização”.⁶¹

Apesar do regresso de reiterados tumultos, o Conselho manteve-se determinado a completar o encerramento da missão. Renovou o mandato até ao final de 2020, fixando a data do término da missão. Num briefing prévio à resolução, todos os países do P5 fizeram eco do apoio ao encolhimento; apelaram à estabilidade pós-eleições – que, como se verificou, não se concretizou – e reiteraram que o tráfico de droga requeria uma atenção sustentada.⁶² A resolução subsequente de 28 de fevereiro de 2020 reconhece a importância do combate ao tráfico de droga no sentido de alcançar a estabilidade política e económica na Guiné-Bissau. Exorta as autoridades nacionais e a comunidade internacional a “combater o crime organizado transnacional, incluindo o tráfico de droga, o tráfico de pessoas e o branqueamento de capitais”, nomeadamente por meio de recursos e apoio político às suas unidades antinarcóticos. Apela a apoio ao UNODC, e encoraja a comunidade internacional a cooperar com a Guiné-Bissau “no controlo do tráfego aéreo, vigilância e segurança marítima, dentro da sua jurisdição, em particular para combater o tráfico de droga, a pesca ilegal e a exploração ilegal dos recursos naturais”.⁶³

“No seu âmago, os principais fatores de instabilidade na Guiné-Bissau permaneceram, em larga medida, os mesmos.”

SECRETÁRIO-GERAL DA ONU

Em agosto de 2020, o Conselho reuniu-se para discutir a Guiné-Bissau, tendo sido suscitadas preocupações quanto à neutralidade militar, chamando a atenção para a recente violência contra as mulheres por membros do setor de segurança e vandalismo da Rádio Capital FM por homens armados não identificados que usavam uniformes militares. Nessa altura, o Secretário-geral recomendou a continuação das sanções de 2012 e reforça a ideia de criar um painel de peritos para o comité de sanções, a fim de identificar aqueles “que satisfazem os critérios de designação de medidas específicas” e avaliar “a capacidade das autoridades locais para controlar o tráfico ilícito e as atividades criminosas transnacionais”, dado o impacto de tais atividades sobre a paz e estabilidade no país e na sub-região.⁶⁴

Tendo em conta que não se chegou a estabelecer um painel de peritos para este comité de sanções, é improvável que chegue a ser constituído, sobretudo dado que a Rússia se empenha em pôr fim às sanções como parte do encerramento da missão. De facto, em fevereiro de 2021, o Presidente da Guiné-Bissau, Embaló, afirmou que estava a trabalhar com a ONU para levantar as sanções impostas aos militares do país.

O UNIOGBIS encerrou oficialmente em 31 de dezembro de 2020. Nessa altura, a equipa-país da ONU tornou-se a principal configuração da ONU na Guiné-Bissau, com enfoque nos esforços de desenvolvimento e humanitários, bem como na governação. A equipa-país está a passar por um processo de planeamento estratégico para a sua próxima fase. O mandato do UNODC continuará a atender ao tráfico de droga e o PNUD continuará a levar a cabo o trabalho de governação e de estado de direito. O PNUD também assumirá algumas responsabilidades relativas ao tráfico de droga e crime organizado, em estreita cooperação com o UNODC.

O UNOWAS assumirá também algumas das responsabilidades que se vão colocar no futuro. A apresentação de relatórios ao Conselho sobre a Guiné-Bissau será feita por meio do relatório

periódico do Secretário-Geral e dos *briefings* sobre o UNOWAS. O mais recente relatório do UNOWAS, de dezembro de 2020, sublinhou que existem actualmente “duas revisões constitucionais paralelas e concorrentes, lideradas pelo Parlamento e pela comissão técnica do Presidente”, que “correm o risco de incitar mais” as tensões políticas no país. Também destacou a insegurança e as violações dos direitos humanos contra opositores políticos, incluindo detenções arbitrárias e ataques a jornalistas e autores de blogues por militares.⁶⁵ No entanto, em março de 2021, o RESG cessante e chefe do UNOWAS, Mohamed Ibn Chambas, encontrou-se com o Presidente Embaló numa nota altamente otimista, afirmando que a ONU apoia plenamente a visão e as políticas do Presidente.⁶⁶ Tal contradiz, surpreendentemente, o tom adotado no mais recente relatório do Secretário-geral, que se segue a semanas de múltiplos ataques violentos a jornalistas.⁶⁷

O tráfico de droga continua de uma ponta a outra da Guiné-Bissau. Em setembro de 2019, a maior operação contra o tráfico ilícito de droga no país (Operação Navarra), confiscou quase duas toneladas de cocaína,⁶⁸ o que foi visto como um sucesso de esforços conjuntos nacionais e internacionais. Todavia, uma apreensão tão elevada é também um sinal de que o tráfico continua em grandes volumes em todo o país. Embora o tráfico de droga continue a ser um factor de instabilidade política no topo das estruturas administrativas, o seu impacto social é menor nas comunidades, uma vez que opera através das elites como um negócio de exportação. A concorrência pelo mercado ainda não se reduziu a vários grupos mais pequenos que lutam por uma quota de controlo, o que poderia ter implicações na segurança básica. O negócio da droga poderá tornar-se um problema nacional e criar dinâmicas de saúde e segurança cidadã adversas no país. Contudo, o que é claro é que a economia da droga será utilizada para sustentar o poder entre as elites, o que, receiam observadores, pode fomentar um sistema político cada vez mais autocrático.



CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

▲ Patrulhas da força de intervenção mista na praia da ilha de Rubane.

Atendendo a que a missão política terminou oficialmente na Guiné-Bissau e que a próxima fase estratégica para a ONU se iniciou, as seguintes conclusões podem ser extraídas da presente investigação:

As missões não podem ser bem sucedidas sem vontade política nacional

Um dos principais desafios que a missão enfrentou foi a contínua agitação política e a falta de parceiros consistentes para implementar políticas a nível político nacional. Não há grande convicção de que o governo nacional permanecerá estável ou se tornará um parceiro consistente em assuntos relacionados com a segurança nos tempos que se avizinham. Com o passar do tempo, esta ausência de verdadeiro empenho político em mudanças políticas levou os doadores a cansar-se da situação, resultando no esgotamento do apoio financeiro. Pessoas entrevistadas fizeram eco deste aspeto: apesar de um prolongado investimento da comunidade internacional, os resultados na esfera política são escassos. O encerramento da missão poderá ter-se devido ao cansaço, uma vez que a comunidade diplomática e as autoridades em Bissau são substituídas e as cíclicas crises políticas que se seguiram na Guiné-Bissau tornam muito difícil um envolvimento sustentado e eficaz com o governo. Como observou um antigo diplomata, o governo simplesmente não quer implementar uma agenda que contrarie o tráfico ilícito de drogas.⁶⁹

Há uma palpável saturação quanto à maneira de implementar um Estado de direito eficaz e combater o crime organizado entre os parceiros nacionais. Para muitos, a Polícia Judiciária é a agência nacional mais bem colocada para lidar com o crime organizado e o tráfico de droga em particular. Os seus membros são bem treinados e colaboram bem com a INTERPOL, mesmo se as suas competências não impedem alguma frustração dos seus esforços. No entanto, há avisos de que a Polícia Judiciária continue a ser uma instituição fraca e, como a situação política se altera constantemente, o mesmo acontece com o potencial de perda de parceiros no seio das instituições.⁷⁰ Um antigo membro do pessoal da ONU comentou que a agência depende da Procuradoria-Geral e alguns inspectores foram afastados quando tentavam perseguir casos sensíveis.⁷¹

O sistema de justiça é visto tanto como essencial para o sucesso futuro quanto como possível parceiro – mas há também preocupações. Além de Polícia Judiciária, procuradores e juízes foram apontados como opções viáveis de parceria, mas foram apontados alguns riscos e potencial interferência por parte de intervenientes implicados. Alegadamente, existem laços familiares entre partidos políticos, instituições governamentais e militares, comprometendo estas instituições. Como disse um funcionário, para além da Polícia Judiciária, agências podem muito bem ser mais inúteis do que úteis.⁷²

Apesar do trabalho realizado, em termos de crime organizado a missão da ONU não conseguiu alcançar o objectivo político de separar a política das economias criminosas, em particular o tráfico de cocaína. A missão lançou as bases para reduzir a impunidade através da formação judicial, mas, no final, nunca houve adesão política suficiente a nível nacional porque o oportunismo dos lucros financeiros pesava mais do que a estabilidade. Na verdade, os ganhos financeiros é que atraíram e impulsionaram indivíduos para o poder político.

A ONU vai continuar a colaborar com um país que enfrenta instabilidade política

Entre as pessoas entrevistadas ao longo desta investigação, partilhava-se a crença de que, nos próximos dois a cinco anos, a instabilidade política e a incerteza irão continuar. Foi, pelo menos, insinuado que o sistema político mudaria para um sistema mais presidencial, onde o papel do parlamento é reduzido e os poderes executivos aumentam, o que agrava o risco de se cair num regime autocrático.⁷³ A maioria sugeriu que a situação atual evoluiria para um regime autoritário ou para outro golpe, o que dependerá de o presidente poder agradar a todas as fações dentro do exército. Como afirmou um antigo diplomata, “a próxima fase da política no país parece ser a regra do punho”.⁷⁴ Os riscos – e alguns deles já estão a ser observados – incluem detenção de opositores políticos, assassinatos políticos, aumento de violações dos direitos humanos e crescimento da atividade de grupos criminosos organizados e dos seus capacitadores. A transição do PAIGC para um partido de oposição pela primeira vez na história do país é uma grande mudança política o que terá um impacto na forma como o sistema funciona.

Com a equipa-país da ONU e o UNOWAS instalados, há oportunidades de acompanhamento da evolução política. Algumas outras sugestões incluem a recomendação do Secretário-geral para formar um painel de peritos ligados ao regime de sanções ou a



continuação da elaboração de relatórios no âmbito dos mecanismos do UNOWAS. Um antigo diplomata sugeriu a necessidade de uma missão política de menor dimensão, centrada no Estado de direito e na reforma do setor de segurança, com uma capacidade de matérias políticas e uma janela de três a quatro anos para ir reduzindo a sua influência e um conjunto de objetivos claros. Outra recomendou uma configuração semelhante: uma equipa no terreno ou facilmente destacável para trabalhar com parceiros internacionais, nomeadamente a União Africana, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CEDEAO e a UE, para ajudar os atores nacionais, incluindo os atores políticos, a trabalharem no sentido do diálogo e da estabilidade política, a fim de permitir à equipa-país da ONU progredir na sua agenda.⁷⁵

Após o fim da missão, a atividade das Nações Unidas na Guiné-Bissau foi transferida para a equipa-país da ONU e para o UNOWAS.

© Alexandre Soares/UN Photo

Investir na sociedade civil e nos alicerces da resiliência política

Foi comentado que a Guiné-Bissau está numa encruzilhada – os ingredientes para o progresso estão presentes, mas têm de ser aproveitados. O país tem um tecido social forte através da sua população etnicamente diversa e está geralmente livre de crime de rua. Há um cenário crescente de sociedade civil, com mulheres e jovens a serem apontados como parceiros fortes no seio dos movimentos da sociedade civil. No entanto, os riscos para a sociedade civil e os atores políticos estão também a crescer. O relatório do Secretário-geral sobre o UNOWAS suscita preocupação sobre as duas revisões constitucionais paralelas e concorrentes, insegurança e violações dos direitos humanos contra opositores políticos. Alguns dos riscos citados foram a intolerância da liberdade de imprensa, incluindo ataques a jornalistas, e da oposição política, incluindo detenções arbitrárias de opositores políticos. Uma sociedade civil forte serve de baluarte contra a autocracia e as forças internacionais na Guiné-Bissau e na região devem continuar a apoiar a sociedade civil.

Enfrentar o tráfico de droga a nível político

O UNIOGBIS e o UNODC tinham mandatos e programas distintos, mas partilhavam a responsabilidade de lidar com o tráfico de droga. Algumas realizações foram alcançadas, incluindo a adoção de planos operacionais antinarcoóticos por parte das autoridades. A missão da ONU não conseguiu, porém, sustentar os esforços contra as implicações do tráfico de droga na política. Talvez esta tenha sido uma falha na aceitação inicial do aumento ao mandato. Como referido por um interlocutor, o crime organizado transnacional foi negligenciado como parte da estratégia política desde o início. Ou poderia ter sido os bloqueios de estrada de alto nível repetidamente levantados em entrevistas. Ou poderão ter sido os obstáculos de alto nível repetidamente levantados em entrevistas. Seja como for, os doadores não se mostraram dispostos a financiar esforços contínuos na Guiné-Bissau.

Vários funcionários da ONU baseados no país recomendam um novo ponto de partida mais holístico para funções anti tráfico de droga. Recomendam a capitalização de análises de conflitos e análises comuns dos países já existentes para conceber intervenções e notam que esta nova abordagem deve afastar-se das intervenções técnicas habituais (isto é, formação e equipamento), que não se revelaram bem-sucedidas na realização de mudanças estruturais.

Uma abordagem sub-regional ao tráfico de droga é necessária

Dinâmicas regionais e sub-regionais foram evocadas como considerações fundamentais para os próximos anos. Como um antigo diplomata sugeriu, embora não explicitamente reconhecido, o UNIOGBIS teve tendência a alinhar-se com as decisões da CEDEAO, de modo a promover a 'localização' dos esforços de paz e segurança, mas também para evitar confrontos desconfortáveis.⁷⁶ Agora que o mandato da ONU sobre a Guiné-Bissau é, em parte, da responsabilidade do UNOWAS, a abordagem própria da ONU deveria desenvolver-se a partir da compreensão das dinâmicas regionais e desenvolver respostas regionais, até porque a instabilidade na Guiné-Bissau tem efeitos de arrastamento dos países vizinhos. As redes de tráfico que movimentam a cocaína pela região potenciam núcleos ilícitos através da Guiné-Bissau e dos pequenos e vulneráveis Estados vizinhos.⁷⁷ Os conhecidos corredores de tráfico da região estendem-se através das fronteiras e são protegidos por redes de funcionários de alto nível implicados no comércio da droga.

É portanto necessário um enfoque sub-regional para assegurar que a programação seja suficientemente adaptada à dinâmica de cada rota e ecossistema criminoso específicos. A promoção da coordenação entre agências nacionais de combate ao crime organizado transnacional deve centrar-se no combate à impunidade de alto nível, na legitimidade judicial e no reforço das boas práticas através das fronteiras.

Contudo, a inserção da questão do tráfico de droga no quadro da consolidação da paz não poderia, por si só, ultrapassar o principal obstáculo. A missão atraiu visibilidade para a questão e a construção de infraestruturas e atenção em torno de uma resposta, mas não conseguiu eliminar os benefícios políticos individuais de permitir o comércio da droga para as elites políticas e militares. E estes montantes e poder, por seu turno, continuam a funcionar como um fator de desestabilização na política da Guiné-Bissau.

ANEXO

RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU SOBRE A GUINÉ-BISSAU, DE 1998 ATÉ AO PRESENTE

RESOLUÇÃO	DATA	EVOLUÇÃO DAS RESOLUÇÕES DO CSNU
S/RES/1216	21 dezembro 1998	Na sequência de um acordo de paz, o CSNU solicita ao Secretário-Geral que formule recomendações quanto ao possível papel da ONU no processo de paz e reconciliação na Guiné-Bissau. ⁷⁸
S/RES/1233	6 abril 1999	Apoia a decisão do Secretário-Geral de estabelecer um Gabinete de Apoio à Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNOGBIS) sob a liderança de um Representante do Secretário-Geral (S/1999/233).
S/RES/1580	22 dezembro 2004	Revê o mandato do UNOGBIS
S/RES/1876	26 junho 2009	A missão transita para gabinete integrado: o Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) sucede ao UNOGBIS, para trabalhar mais estreitamente com a equipa-país da ONU e a Comissão de Consolidação da Paz. Introduz a preocupação sobre o tráfico de droga e o tráfico de seres humanos. Estabelece um mandato no sentido de assistir as autoridades nacionais no combate ao tráfico de droga e ao crime organizado, bem como ao tráfico de seres humanos, especialmente o tráfico de crianças.
S/RES/1949	23 novembro 2010	Alarga o mandato; amplia as referências e a atenção ao tráfico de droga. Nenhuma alteração ao mandato. Associa os compromissos de reconciliação nacional com a luta contra a impunidade e o narcotráfico. Insta a comunidade internacional a reforçar o apoio político e financeiro à Iniciativa Costeira da África Ocidental para combater o crime organizado transnacional e o tráfico de droga. Congratula-se com o compromisso de implementar o Plano de Ação Regional da CEDEAO sobre Tráfico de Droga e Crime Organizado, incluindo opções de sanções específicas contra indivíduos identificados como membros ou apoiantes das redes de tráfico de droga, e concorda manter a situação sob vigilância ativa e ponderar ações apropriadas.
S/RES/2030	21 dezembro 2011	Prolongamento do mandato. Congratula-se com a aprovação pelo governo do Plano Operacional Nacional 2011-2014 de combate ao tráfico ilícito de drogas e crime organizado, e com a criação na Guiné-Bissau, no âmbito da Iniciativa Costeira da África Ocidental, de uma Unidade de Combate ao Crime Transnacional.

RESOLUÇÃO	DATA	EVOLUÇÃO DAS RESOLUÇÕES DO CSNU
S/RES/2048	18 maio 2012	<p>Veemente condenação do golpe militar de 12 de Abril pela liderança militar e do estabelecimento, pelos autores do golpe, de um "comando militar".</p> <p>Lamentando a recorrente interferência ilegal da liderança militar no processo político na Guiné-Bissau e expressando a preocupação de que a interferência dos militares na política e o impacto do tráfico ilícito de droga e do crime organizado na Guiné-Bissau tenham dificultado significativamente os esforços para instaurar o Estado de direito e a boa governação e combater a impunidade e a corrupção, evoca o artigo 41 do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, 1. Exige que o comando militar tome medidas imediatas para restaurar e respeitar a ordem constitucional.</p> <p>Estabelece um regime de sanções; proibição de viajar para indivíduos, ou os seus apoiantes, que procurem impedir a restauração da ordem constitucional ou que tomem medidas que prejudiquem a estabilidade na Guiné-Bissau, em particular aqueles que desempenharam um papel de liderança no golpe de Estado de 12 de Abril de 2012.</p> <p>O apoio ou financiamento pode incluir as receitas provenientes do crime organizado, incluindo o cultivo, produção e tráfico ilícito de estupefacientes.</p> <p>Support or financing can include the proceeds from organized crime, including the illicit cultivation, production and trafficking of narcotic drugs.</p>
S/RES/2092	22 fevereiro 2013	<p>Prolongamento do mandato.</p> <p>Manifesta a vontade de ponderar sanções baseadas em informações complementares contra pessoas envolvidas no tráfico de droga e no crime organizado na Guiné-Bissau.</p> <p>Insta os funcionários civis e militares na Guiné-Bissau a demonstrarem um maior empenho no combate eficaz ao tráfico de droga, nomeadamente assegurando o bom funcionamento das entidades estatais responsáveis pelo controlo das fronteiras e pela luta contra o tráfico de droga e incentiva-as a apoiarem ainda mais os esforços da comunidade internacional nesse sentido.</p> <p>Reintrodução do tráfico de seres humanos (desde 2009).</p>
S/RES/2103	22 maio 2013	<p>Reavalia e atualiza o mandato em conformidade com o relatório S-G.</p> <p>Salienta que a complexa situação na Guiné-Bissau tem prejudicado a boa execução do mandato do UNIOGBIS e as atividades da Comissão de Consolidação da Paz.</p> <p>Apoia as recomendações do Secretário-Geral relacionadas com os ajustamentos da abordagem integrada na Guiné-Bissau entre as componentes da ONU: UNIOGBIS, a Comissão de Consolidação da Paz e o Fundo de Consolidação da Paz, e a Equipa-País das Nações Unidas.</p> <p>Mantém-se as tarefas principais relativas ao tráfico de drogas (assistência às autoridades nacionais no combate ao tráfico de droga e ao crime organizado transnacional, em estreita cooperação com o UNODC).</p>
S/RES/2157	29 maio 2014	<p>Prolongamento do mandato.</p> <p>Saúda a realização bem-sucedida de eleições presidenciais e legislativas na Guiné-Bissau.</p> <p>Maior atenção ao tráfico de droga na resolução:</p> <p>"Qualquer solução duradoura para a instabilidade na Guiné-Bissau deve incluir ações concretas para combater a impunidade e assegurar [a punição] de responsáveis por assassinatos com motivações políticas e outros crimes graves, tais como atividades relacionadas com o tráfico de droga".</p> <p>Introduz a pesca ilegal e não autorizada e a exploração de recursos naturais:</p> <p>"Condena os casos de pesca ilegal e não autorizada nas águas territoriais e na zona económica exclusiva da Guiné-Bissau, bem como a exploração ilegal dos recursos naturais".</p>

RESOLUÇÃO	DATA	EVOLUÇÃO DAS RESOLUÇÕES DO CSNU
S/RES/2186	25 novembro 2014	<p>Prolongamento do mandato.</p> <p>Congratula-se com os esforços do governo para atualizar o plano nacional trienal de combate ao tráfico de droga e ao crime organizado preparado em junho de 2011 e para definir novas áreas prioritárias.</p> <p>Introduz apreensão relativamente a matéria de branqueamento de capitais: exorta as autoridades da Guiné-Bissau a rever, adotar e implementar legislações e mecanismos nacionais para combate mais eficaz ao crime organizado transnacional, em particular o tráfico de droga e o branqueamento de capitais, e, neste contexto, a prestar maior apoio à Unidade de Combate ao Crime Transnacional criada no âmbito da Iniciativa Costeira da África Ocidental.</p> <p>Continua a condenar a pesca ilegal e não autorizada e a exploração ilegal dos recursos naturais.</p>
S/RES/2203	18 fevereiro 2015	<p>Prolongamento do mandato.</p> <p>Atualiza ligeiramente o mandato:</p> <p>Prestar aconselhamento e apoio estratégico e técnico ao governo da Guiné-Bissau no combate ao tráfico de droga e crime organizado transnacional, em estreita cooperação com o UNODC.</p> <p>Decide rever as sanções estabelecidas nos termos da resolução 2048 (2012): torna-se um esforço recorrente.</p>
S/RES/2267	26 fevereiro 2016	Prolongamento do mandato.
S/RES/2343	23 fevereiro 2017	<p>Saúda e apoia o Acordo de Conacri de 14 de outubro de 2016, baseado no plano de acção, como enquadramento principal para uma resolução pacífica da crise política.</p> <p>Prolongamento do mandato.</p>
S/RES/2404	28 fevereiro 2018	<p>Prolongamento do mandato.</p> <p>Apela à implementação das recomendações da missão de revisão estratégica relativamente à necessidade de o UNIOGBIS se reorientar para capacidades políticas de apoio aos bons ofícios do RESG e de racionalizar a sua estrutura de gestão, e encoraja o UNIOGBIS a funcionar de uma forma mais eficaz e eficiente.</p> <p>Apoia os esforços da CEDEAO para assegurar uma rápida resolução da crise e toma nota da sua decisão de 4 de fevereiro de 2018 de impor sanções contra aqueles que obstruam a implementação do Acordo de Conacri.</p> <p>Salienta a importância da realização de eleições legislativas dentro do prazo legalmente determinado.</p> <p>Manifesta a disponibilidade do Conselho de Segurança para tomar medidas adicionais para responder a caso de agravamento da situação na Guiné-Bissau.</p>
S/RES/2458	28 fevereiro 2019	<p>Apoia a transição e o encerramento da missão:</p> <p>Processo em três fases para retirar e transferir atribuições para a Equipa-País da ONU (UNCT), o Gabinete das Nações Unidas para a África Ocidental e Sahel (UNOWAS) e parceiros internacionais até 31 de dezembro de 2020 (a partir das recomendações do Secretário-Geral na sua Avaliação Estratégica do UNIOGBIS).</p> <p>Até Junho de 2019, a UNIOGBIS deverá funcionar como uma missão política especial simplificada de bons-ofícios, liderada por um Representante Especial ao nível do Secretário-Geral Adjunto.</p> <p>Incentivo aos intervenientes nacionais a trabalharem em conjunto para as eleições legislativas de 10 de março de 2019, bem como para as eleições presidenciais de 2019 marcadas pelo governo da Guiné-Bissau.</p>

RESOLUÇÃO	DATA	EVOLUÇÃO DAS RESOLUÇÕES DO CSNU
S/RES/2512	28 fevereiro 2020	<p>Congratulando-se com a realização pacífica de eleições legislativas e presidenciais dentro do prazo legalmente previsto, em 2019.</p> <p>Prolonga o mandato até dezembro de 2020.</p> <p>Louva a conclusão bem sucedida da Fase I e o encerramento de todos os escritórios regionais do UNIOGBIS até 31 de dezembro de 2019.</p> <p>Decide que o UNIOGBIS deve continuar a funcionar como missão política especial de influência agilizada à medida que a fase de transição continua.</p> <p>O mandato mantém-se:</p> <p>Prestar aconselhamento e apoio estratégico e técnico ao governo da Guiné-Bissau para combate ao tráfico de droga e crime organizado transnacional, em estreita cooperação com o UNODC.</p>

NOTAS

- 1 S//2018/1086, Avaliação estratégica do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau: Relatório especial do Secretário-geral, 6 de dezembro de 2018, parágrafo 34, <https://undocs.org/S/2018/1086>.
- 2 Ver S/RES/2458, 28 fevereiro 2019.
- 3 Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde.
- 4 Briefing diário à imprensa pelo Gabinete do Portavoz do Secretário-geral, 12 fevereiro 2021, <https://www.un.org/press/en/2021/db210212.doc.htm>.
- 5 Com futuro incerto, Aristides Gomes continua refugiado na ONU, DW.com, 15 janeiro 2021, <https://www.dw.com/pt-002/com-futuro-incerto-aristides-gomes-continua-refugiado-na-onu/a-56237417>.
- 6 Mark Shaw e A Gomes, Breaking the vicious cycle: Cocaine politics in Guinea-Bissau, maio 2020, https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2020/05/Guinea-Bissau_Policy-Brief_Final2.pdf.
- 7 Ibid.
- 8 Ibid.
- 9 Os detalhes deste incidente provêm de entrevistas com duas pessoas que conhecem e estão em contato direto com os pescadores em questão. Entrevistas, Bissau, julho de 2019.
- 10 Estes incidentes são descritos num sumário em David O'Regan and Peter Thompson, Advancing stability and reconciliation in Guinea-Bissau: Lessons from Africa's first narco-state. Washington DC: The Africa Center for Strategic Studies, 2013, <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/SpecialReport-Guinea-Bissau-JUN2013-EN.pdf>.
- 11 UNODC, Guinea-Bissau: New hub for cocaine trafficking, maio 2008, <https://www.unodc.org/documents/publications/Perspectives-May08-WEB.pdf>.
- 12 Ibid.
- 13 UNODC, Relatório do SG 2018, S/2018/1086, Section III.A. parágrafo 13.
- 14 Guinea-Bissau drugs: Raid intercepts 800kg of cocaine, Al Jazeera, 13 março 2019, <https://www.aljazeera.com/videos/2019/03/13/guinea-bissau-drugs-raid-intercepts-800kg-of-cocaine/>.
- 15 CSNU, S/RES/1306, 5 julho 2000, [https://undocs.org/S/RES/1306\(2000\)](https://undocs.org/S/RES/1306(2000)).
- 16 Ver UN Missions, <https://uniogbis.unmissions.org/en/background>.
- 17 Conselho de Segurança das NU, S/RES/1216, 21 dezembro 1998, parágrafo 8, <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/GB%20SRes1216.pdf>.
- 18 Ibid.
- 19 S/1999/232:1, <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/GB%20S1999%20232.pdf>.
- 20 Conselho de Segurança das NU, S/RES/1580, 22 dezembro 2004.
- 21 Political and Peacebuilding Affairs, 'UNIOGBIS,' <https://dppa.un.org/en/mission/uniogbis>; Strategic Framework for Peacebuilding in Guinea-Bissau (PBC/3/GNB/3).
- 22 Nota do Secretário-Geral, Orientação sobre as relações entre Representantes do Secretário-Geral, Coordenadores Residentes e Coordenadores Humanitários, 11 de dezembro de 2000; Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU, Política de Coordenação Civil Militar, 9 de setembro de 2002.
- 23 A/55/305-S/2000/809 p. 34-37.
- 24 S/2018/1086, Avaliação estratégica do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau: Relatório especial do Secretário-geral, 6 de dezembro de 2018, <https://undocs.org/S/2018/1086>, parágrafo 5.
- 25 O UNIOGBIS transferiu as principais ações relativas ao tráfico de seres humanos para a Equipa-País.
- 26 S/PRST/2007/38, <https://www.un.org/press/en/2007/sc9145.doc.htm>.

- 27 Mark Shaw, Drug trafficking in Guinea-Bissau 1998–2014: The evolution of an elite protection network, *Journal of Modern African Studies* 53, 3, 2015, pp 339–364, p 341.
- 28 UNSC, S/RES/1876, 26 junho 2009.
- 29 Entrevistas com vários antigos diplomatas e pessoal da ONU baseado na Guiné-Bissau, de outubro a novembro 2020.
- 30 Entrevista com um antigo diplomata baseado na Guiné-Bissau, outubro de 2020.
- 31 Entrevista com um membro do pessoal da ONU na Guiné-Bissau, outubro de 2020.
- 32 Ver UNODC, <https://www.unodc.org/westandcentralafrica/en/guinea-bissau.html>.
- 33 UNSC, S/RES/1949, 23 novembro 2010, parágrafo 15.
- 34 UNSC, S/RES/2030, 21 dezembro 2011.
- 35 Mark Shaw e A Gomes, Breaking the vicious cycle: Cocaine politics in Guinea-Bissau, maio 2020, https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2020/05/Guinea-Bissau_Policy-Brief_Final2.pdf, p 4.
- 36 UNSC, S/RES/2048, 18 maio 2012, parágrafo 7.
- 37 Comité do Conselho de Segurança criado nos termos da Resolução 2048 (2012) relativa à Guiné-Bissau, Resumos Narrativos, critérios da lista de sanções, <https://www.un.org/securitycouncil/sanctions/2048/sanctions-list-materials/summaries>.
- 38 Entrevista com um antigo diplomata baseado na Guiné-Bissau, 21 de outubro de 2020.
- 39 CSNU, Progressos realizados no que respeita à estabilização e restauração da ordem constitucional na Guiné-Bissau, Relatório do Secretário-geral, S/2020/818, 20 agosto 2020, https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/S_2020_818.pdf.
- 40 UNSC, S/RES/2018/1086, parágrafo 15.
- 41 UNSC, S/RES/2343, 23 fevereiro 2017.
- 42 UNSC S/RES/2092, 22 fevereiro 2013.
- 43 UNSC, S/RES/2103, 22 maio 2013.
- 44 UNSC, S/RES/2157, 29 maio 2014.
- 45 S/2018/1086, Avaliação estratégica do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau: Relatório especial do Secretário-geral, 6 de dezembro de 2018, <https://undocs.org/S/2018/1086>, parágrafo 6.
- 46 S/PV. 8182, 14 fevereiro 2018
- 47 Ibid.
- 48 Ver Relatório do SG 2018, S/2018/1086, section III.A. parágrafo 8, 13, <https://undocs.org/S/2018/1086>.
- 49 Ver <https://www.ecowas.int/ecowas-imposes-individual-sanctions-for-non-implementation-of-the-conakry-agreement-in-guinea-bissau/>
- 50 S/PV. 8182, 14 de fevereiro de 2018.
- 51 S/PV.8194, 28 de fevereiro de 2018.
- 52 S/2018/1086, Avaliação estratégica do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau: Relatório especial do Secretário-geral, 6 de dezembro de 2018, Parágrafo 34, <https://undocs.org/S/2018/1086>.
- 53 S/RES/2458, 28 de fevereiro de 2019.
- 54 CSNU, S/RES/2458, 28 de fevereiro de 2019, [https://undocs.org/S/RES/2458\(2019\)](https://undocs.org/S/RES/2458(2019)).
- 55 Cocaine and Guinea-Bissau: How Africa's 'narco-state' is trying to kick its habit, BBC News, 28 de maio de 2020, <https://www.bbc.com/news/world-africa-52569130>.
- 56 António Rodrigues, *Guiné-Bissau: os traficantes voltaram, mesmo com mandado internacional*, Público, 9 abril 2020, <https://www.publico.pt/2020/04/09/mundo/noticia/guinebissau-traficantes-voltaram-mandado-internacional-1911778>.
- 57 Para uma apreciação mais detalhada do caso, ver The Seidi Bá cocaine trial: A smokescreen for impunity?, Global Initiative Against Transnational Organized Crime, dezembro 2020, <https://globalinitiative.net/analysis/guinea-bissau-obs-rb1/>.
- 58 Mark Shaw e A Gomes, Breaking the vicious cycle: Cocaine politics in Guinea-Bissau, maio 2020, https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2020/05/Guinea-Bissau_Policy-Brief_Final2.pdf, p 6.
- 59 SC/14138, 5 março 2020, <https://www.un.org/press/en/2020/sc/14138.doc.htm>.
- 60 Mark Shaw e A Gomes, Breaking the vicious cycle: Cocaine politics in Guinea-Bissau, maio 2020, https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2020/05/Guinea-Bissau_Policy-Brief_Final2.pdf, p 6.
- 61 Entrevista, Bissau, 19 de novembro de 2020.
- 62 S/PV.8724, 14 fevereiro 2020, https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/S_PV.8724.pdf.
- 63 S/RES/2512, 28 fevereiro 2020, Parágrafo 20, [https://undocs.org/S/RES/2512%20\(2020\)](https://undocs.org/S/RES/2512%20(2020)).
- 64 S/2020/818 Relatório do Secretário-geral, 20 agosto 2020, Parágrafo 27, https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/S_2020_818.pdf.
- 65 Report of the Secretary-General on the activities of the United Nations Office for West Africa and the Sahel (Relatório do Secretário-geral sobre as atividades do Gabinete das Nações Unidas para a África Ocidental e o Sahel), UM Doc. S/2020/1293, 24 dezembro 2020, Parágrafos 11, 41.

- 66 Notícias ao Minuto, *ONU garante total apoio a Governo da Guiné-Bissau para estabilizar país*, 19 março 2021, <https://www.noticiasao minuto. com/ mundo/1713948/ onu-garante-total-apoio-a-governo-da-guine-bissau-para-estabilizar-pais>.
- 67 Público, *Guiné-Bissau: Depois do blogger Aly Silva, jornalista Adão Ramalho foi agredido*, 13 maio 2021, <https://www.publico.pt/2021/03/13/mundo/noticia/blogger-aly-silva-jornalista-adao-ramalho-agredido-guinebissau-1954296>.
- 68 Mark Shaw e A Gomes, *Breaking the vicious cycle: Cocaine politics in Guinea-Bissau*, maio 2020, https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2020/05/Guinea-Bissau_Policy-Brief_Final2.pdf, p 12.
- 69 Entrevistas com antigos diplomatas baseados na Guiné-Bissau, outubro e novembro de 2020.
- 70 Entrevista com staff da ONU baseado na Guiné-Bissau, novembro de 2020.
- 71 Ibid.
- 72 Entrevista com staff da ONU baseado na Guiné-Bissau, outubro de 2020.
- 73 Entrevistas com staff da ONU e antigos diplomatas baseados na Guiné-Bissau, outubro e novembro de 2020.
- 74 Entrevista com antigo diplomata baseado na Guiné-Bissau, outubro de 2020.
- 75 Entrevistas com antigos diplomatas baseados na Guiné-Bissau, outubro de 2020.
- 76 Entrevista com um diplomata baseado na Guiné-Bissau, janeiro de 2021.
- 77 Ver *The cocaine corridor*, Global Initiative Against Transnational Organized Crime, maio 2021.
- 78 Ver <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/GB%20SRes1216.pdf>.



GLOBAL INITIATIVE

AGAINST TRANSNATIONAL
ORGANIZED CRIME

SOBRE A GLOBAL INITIATIVE

A Global Initiative against Transnational Organized Crime (Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional) consiste numa teia global que integra 500 peritos em rede por todo o mundo.

A Global Initiative proporciona uma plataforma para promover maior debate e abordagens inovadoras enquanto alicerces de uma estratégia global inclusiva contra o crime organizado.

www.globalinitiative.net